

futuribles

em português

Número 4 • Outubro 2021

Entre marolas e tsunamis
As trajetórias laborais dos jovens brasileiros

Investir na juventude
Subsídios de capital e empréstimos circunstanciais

Cidades e as suas estratégias alimentares
em uma perspectiva histórica:
O caso brasileiro no passado e na atualidade

A agricultura, a terra, a água e o clima:
Soluções para um mundo em transição

Os gigantes da internet frente aos Estados

A ascensão do populismo autoritário
O que dizem as pesquisas sobre valores na Europa

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



futuribles

em português

CONSELHO EDITORIAL	<i>Bernardo Sorj</i> <i>Jean-Francois Soupizet</i> <i>Sergio Fausto</i>
TRADUÇÃO	<i>Dorothée de Bruchard</i> <i>Marcela Vieira</i>
REVISÃO TÉCNICA	<i>Otávio Dias</i> <i>Beatriz Kipniz</i> <i>Isabel Penz</i>
DIAGRAMAÇÃO	<i>Lisia Lemes / Lilemes Comunicação</i>

Futuribles em Português.

Número 4 - São Paulo - Plataforma Democrática - Outubro de 2021.

ISSN 2674-8398

Índice para catálogo sistemático:

Futuro, inovação, tecnologia, meio ambiente, urbanismo, saúde, educação, trabalho, sociedade, governo, políticas públicas, economia.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Anual

futuribles

em português

Número 4 • Outubro 2021

Apresentação	05
Entre marolas e tsunamis As trajetórias laborais dos jovens brasileiros <i>Nadya Araujo Guimarães</i>	09
Investir na juventude Subsídios de capital e empréstimos circunstanciais <i>Julien Damon</i>	33
Cidades e as suas estratégias alimentares em uma perspectiva histórica: O caso brasileiro no passado e na atualidade <i>John Wilkinson</i>	39
A agricultura, a terra, a água e o clima: Soluções para um mundo em transição <i>Guillaume Benoit</i>	60
Os gigantes da internet frente aos Estados <i>Jean-François Soupizet</i>	86
A ascensão do populismo autoritário O que dizem as pesquisas sobre valores na Europa <i>Gilles Ivaldi</i>	107

Versão eletrônica disponível gratuitamente em:
<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes>

Apresentação

Trabalho e igualdade de oportunidades entre os jovens; cidades, segurança alimentar e meio ambiente; a crescente disputa entre as *Big Techs* e os Estados; e a relação entre populismo e valores no continente europeu. Esses são os temas da **quarta edição da revista anual *Futuribles em Português***, fruto de parceria editorial iniciada em 2018 entre o projeto Plataforma Democrática e a publicação francesa *Futuribles* (fusão das palavras “futuros” e “possíveis”), com sede em Paris. O Projeto Plataforma Democrática é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso, em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Em artigo inédito, a socióloga Nadya Araujo Guimarães investiga o **ingresso dos jovens brasileiros no mercado de trabalho**, um fenômeno **perpassado por persistentes desigualdades, que se entrelaçam com vários temas da agenda social**. Associada ao CEBRAP, a pesquisadora revisita duas enquetes amostrais de âmbito nacional: a primeira realizada em 2003, ao fim de um período de crise e de contração de oportunidades ocupacionais, financiada pela Fundação Perseu Abramo; e a segunda em 2013, ao fim de um ciclo de aquecimento da economia e expansão das chances de emprego, encomendada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ligada à Presidência da República.

Segundo Guimarães, as desigualdades operam mesmo em contextos de crescimento econômico e ativação do mercado de trabalho, mas **se aprofundam nos momentos em que múltiplas crises se entrecruzam, desafiando as políticas públicas de inclusão**. “Pensar o engajamento juvenil no trabalho obriga a refletir sobre os elos entre o passado, o presente e o futuro da solidariedade social. Elos esses que parecem, hoje, especialmente esgarçados por uma conjuntura em que se mesclam crises econômica, sanitária e política”, conclui.

No segundo texto, o sociólogo francês Julien Damon propõe **investir na juventude** por meio da dotação a todo jovem de um **capital que lhe permita financiar sua primeira fase de investimento pessoal, acadêmico e/ou profissional**, com o objetivo de garantir maior igualdade de oportunidades entre as categorias sociais. “Ao invés de um suporte mensal, trata-se de um capital consis-

tente destinado aos que atingem a maioria. Na base dessa proposta reside o princípio segundo o qual a luta contra a pobreza e o suporte aos jovens não deve mais passar somente pela assistência aos pais ou mesmo aos jovens diretamente, mas pela **constituição de um patrimônio**”, escreve o professor associado da Sciences Pos Paris e assessor científico da Futuribles International.

O terceiro artigo, escrito especialmente para esta edição por John Wilkinson, sociólogo inglês radicado no Brasil, analisa o **papel das cidades na produção e distribuição de alimentos desde o Brasil Colônia até hoje**. “Neste artigo, focalizamos a centralidade das políticas públicas e o papel das administrações das grandes cidades brasileiras na implementação de determinações da Constituição de 1988 e de leis e programas federais que visam a **segurança alimentar**. À luz do consenso cada vez mais abrangente sobre o papel central de sistemas de alimentação alternativos para a saúde e o meio-ambiente, vislumbramos importantes transformações nos sistemas alimentares urbanos que vão redefinir as **relações históricas entre campo e cidade**”, afirma o professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especializado em sociologia econômica.

No quarto texto, o engenheiro francês Guillaume Benoit, membro da Academia de Agricultura da França, mostra de que modo **a terra, a água e a agricultura**, para além de suas funções alimentares e socioculturais, podem cumprir um **papel essencial na luta contra as mudanças climáticas e pelo desenvolvimento sustentável**. O autor nos oferece uma demonstração dos inesgotáveis recursos que a natureza teria a fornecer caso lhe déssemos os cuidados adequados, indispensáveis para a resolução de muitos desafios a que são e serão confrontados nossos contemporâneos e seus descendentes.

“Trata-se da passagem da atual economia exploratória, não sustentável, para uma nova economia renovável, resiliente, produtora de serviços ecossistêmicos, empregos rurais, equilíbrio territorial, justiça social e segurança coletiva. **A questão fundamental é o ‘como’ dessa transição em grande escala**”, escreve o autor, que é membro do corpo de engenheiros responsável pelas políticas de desenvolvimento sustentável do governo francês.

No quinto artigo, o economista Jean-François Soupizet, ex-funcionário da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia), analisa a atual **queda de braço entre as empresas gigantes da internet e os Estados**, crescentemen-

te questionados pelo poder excessivo das chamadas *Big Techs*, sobretudo as norte-americanas e as chinesas. Essa queda de braço se dá num terreno em que as fronteiras territoriais e as jurisdições nacionais não são claramente demarcadas, criando tensões inéditas entre as *Big Techs*, os Estados nacionais e entre as duas potências do planeta..

“Recentemente, **os Estados despertaram**. Os Estados Unidos, a União Europeia e a China estão tomando medidas severas para controlar a ascensão desse gigantes da internet, um dos fenômenos marcantes das primeiras décadas do século XXI. Os resultados do confronto entre os gigantes da internet e os Estados são ao mesmo tempo incertos e muito diferenciados. Todos eles levantam a questão da **governança do universo digital**, que continua sendo o principal desafio da transição tecnológica”, escreve o consultor científico da Futuribles.

O sexto e último artigo, do cientista político francês Gilles Ivaldi, analisa o conjunto de pesquisas sobre os valores dos cidadãos europeus, realizada regularmente em diversos países da UE desde o início dos anos 1980, com o objetivo de esclarecer **possíveis laços entre populismo e transformação cultural no velho continente**. Como sempre, a realidade é mais complexa do que parece: a efetiva demanda social por autoridade, o retrocesso nos valores morais tradicionais e a evolução da xenofobia diferem muito de um país europeu para outro, sendo a Europa Ocidental clara e duradouramente mais tolerante do que a Oriental.

“A evolução geral dos valores na Europa, tal como é revelada nos dados EVS (*European Values Studies*), sem dúvida não é suficiente para esclarecer as **múltiplas aptidões do fenômeno populista contemporâneo**. As **inseguranças econômicas** desempenham um papel crucial na produção de atitudes xenófobas ou antielitistas, que, por sua vez, alimentam o voto populista autoritário”, concluiu o pesquisador do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica, França).

Boa leitura!

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Entre marolas e tsunamis

As trajetórias laborais dos jovens brasileiros¹

NADYA ARAUJO GUIMARÃES²

Os jovens e o trabalho. Uma relação complexa e multifacetada

A relação dos jovens com o trabalho é um daqueles temas que atrai permanente interesse e sobre o qual temos gasto muita tinta. E não sem razão já que os movimentos dos jovens no mercado de trabalho são um termômetro de especial acurácia seja para desvendar a dinâmica desse mercado, antecipando-lhe as tendências, seja para avaliar a eficácia de políticas públicas voltadas à inclusão e à proteção social. Por isso mesmo, identificar os desafios da inserção ocupacional de jovens é uma via frutífera para encarar o futuro sob o prisma da construção de sociedades mais igualitárias.

Ademais, no tema dos elos entre juventude e trabalho se entrelaçam instigantes debates envolvendo múltiplos prismas da agenda social. Três deles têm povoado de maneira recorrente o imaginário de sociólogos, antropólogos, demógrafos e economistas, e serão aqui privilegiados. O primeiro diz respeito às aspirações juvenis e suas representações sobre o lugar do trabalho em suas vidas. Com efeito, as formulações sobre a assim-chamada “crise da sociedade do trabalho” encontraram nas atitudes dos jovens um celeiro fértil para as antevisões desses autores quanto ao futuro da vida em sociedade.

1. Texto preparado para publicação em *Futuribles* (n.4, 2021).

2. Doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1983), Pós-doutorado no SPURS Program/Department of Urban Studies, Massachusetts Institute of Technology (1993-4). Professora Titular Sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Pesquisadora do CNPQ associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências. E-mail: nadya@usp.br

O segundo debate nos remete ao seu engajamento laboral, em especial às chances dos jovens estarem sob risco de vulnerabilidade, enfrentando situações de desemprego, de desalento ou de trabalho precário. Determinantes dessas chances têm sido sistematicamente esquadrihados. E não apenas os que tratam das conjunturas econômicas. Especial atenção tem sido dada a fatores externos ao mercado laboral, mas que impactam a sua inclusão no trabalho. É o caso das desigualdades nas trajetórias escolares e nos recursos familiares, tanto quanto das políticas sociais, notadamente de educação, de trabalho e de proteção social.

O terceiro domínio de debates tem se concentrado no tema dos retornos econômicos resultantes do engajamento mercantil. Aqui pesam substancialmente os fatores internos à operação dos mercados de trabalho, em especial o efeito das políticas de gestão do trabalho postas em prática pelas firmas. Mas também têm sido analisadas as formas de regulação das relações de emprego, tal como definidas por políticas públicas relativas ao trabalho. Uma e outras são importantes filtros para diferenciar as chances nos cotidianos de trabalho.

Mas a experiência laboral juvenil é um fenômeno complexo porque perpassado também por persistentes desigualdades entre os próprios jovens. Desigualdades que os diferenciam quanto aos três domínios anteriores – aspirações, chances laborais e retornos econômicos. São desigualdades de classe, de gênero, raciais, regionais, e até mesmo desigualdades entre coortes de jovens e entre grupos de idade numa mesma coorte.

Por fim, o tema das relações entre os jovens e o trabalho está envolto em um leque não desprezível de dilemas morais. Dilemas que estão no centro das suas vidas e escolhas, mas que também subjazem às políticas públicas (ou à ausência destas): será o trabalho um valor para os jovens? Devem os jovens trabalhar ou haveria que preservá-los (pela renda da família e/ou pela proteção estatal) até que logrem um percurso escolar completo? Cabe aos jovens a obrigação da corresponsabilidade no trabalho domiciliar não-remunerado, mesmo se tal partilha põe em risco sua formação escolar? Quando podem (ou devem) os jovens estabelecer relacionamentos duradouros que os levem a obrigações de m/paternalidade, sem que isso impacte sobre o seu vínculo com o trabalho?

Neste texto vou encarar o desafio de tentar articular pelo menos alguns desses temas tão complexos, tomando duas portas de entrada. A primeira, à qual

dedicarei a seção subsequente, privilegiará a dimensão simbólica, relativa às atitudes e representações de jovens brasileiros. Perseguirei a resposta a uma pergunta: quão central parece ser o trabalho no imaginário juvenil? Para tal irei revisitar os achados de duas enquetes amostrais de âmbito nacional, realizadas com desenho metodológico similar, mas em diferentes momentos do tempo no curso dos anos 2000. A primeira ao fim de um período de crise e contração de oportunidades ocupacionais (2003), a segunda ao fim de um ciclo de aquecimento da economia e expansão de chances de emprego (2013). Variarão as representações com respeito ao trabalho quando as condições para a ele aceder se alteram de modo tão significativo?

A segunda porta de entrada, que explorarei na terceira e última seção, deslocará a nossa atenção para as experiências laborais dos jovens brasileiros. Procurarei alinhar achados produzidos por diferentes estudos longitudinais que procuraram capturar a diversidade de tais experiências tomando-as em seu movimento, isto é, acompanhando trajetórias desses jovens no mercado brasileiro de trabalho. Essa diversidade de fluxos e percursos particulariza distintos grupos de jovens, chamando a nossa atenção para importantes tendências estruturais que têm reproduzido padrões de desigualdades entre grupos de idade, de origem social das famílias, de sexo e raça. Desigualdades que operam mesmo em contextos de crescimento econômico e ativação do mercado de trabalho, mas que se aprofundam nos momentos em que múltiplas crises se entrecruzam, desafiando as políticas públicas de inclusão.

Para começo de conversa, o trabalho é mesmo algo que importa para os jovens?

Transcorria o ano de 2003. Segundo dados do IBGE, o PIB brasileiro mais uma vez diminuía no segundo trimestre (dessa vez em 1,6%), fazendo o país cair do 12° para o 15° lugar entre as economias do mundo. Dados relativos ao período abril-junho de 2003 indicavam que persistia a contração na renda das famílias, ininterrupta desde meados de 2001. Não sem razão as vendas caíam em diversos setores, como os de materiais de construção, remédios, produção de alimentos, e até mesmo combustíveis. De 360 empresas ouvidas pela Fundação Getúlio Vargas no início de julho, 27% tencionavam demitir nos seis meses

subsequentes, e apenas 15% delas pretendiam contratar. A falta de dinheiro aumentava os índices de inadimplência. No primeiro semestre, o número de pessoas e empresas que não haviam conseguido pagar suas dívidas crescera, segundo a Serasa, em 3,5% em relação ao mesmo período de 2002.³

Nesse contexto teve lugar aquele que foi o primeiro grande *survey* atitudinal de envergadura nacional, conduzido nesse século, exclusivamente voltado para investigar os valores, as atitudes e os comportamentos dos jovens brasileiros. A pesquisa entrevistou, entre 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, uma amostra representativa de 3.501 jovens, com idades variando entre 15 e 24 anos, distribuídos em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e por *tercis* de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados da União.⁴

Analisando dados dessa pesquisa atitudinal, encontrei (Guimarães, 2005) que o trabalho, contrariamente ao que poderíamos esperar à luz de certa literatura sociológica, se constituía num elemento chave nas percepções do/as jovens então entrevistado/as. Longe de estar se tornando “subjetivamente periférico”, ao tempo em que se mostrava “objetivamente disforme” (para usar as provocativas palavras de Offe, 1989:17), o trabalho – ou, para ser mais precisa, a ausência dele – parecia ser um elemento importante a organizar o imaginário da juventude brasileira. Mais ainda, ele se mostrava tanto menos “subjetivamente periférico” quanto mais “objetivamente disformes” eram as formas de engajamento ocupacional desse/as entrevistado/as. Senão, vejamos.

Cultura, relacionamentos amorosos, família, religião, sexualidade, AIDS, drogas, e até mesmo violência ou esportes, todos foram preteridos diante do tema “trabalho”, que aparecia entre os assuntos que mais se sobressaía, em especial através da questão do “emprego”. Mesmo quando demandados a indicar não apenas o primeiro assunto de seu interesse, mas o segundo e o terceiro,

3. Compilação de dados obtida no site: <https://administradores.com.br/artigos/economia-brasileira-2003> consultado em 18 de agosto de 2021.

4. Trata-se do *survey* intitulado “Perfil da Juventude Brasileira”, patrocinado pela Fundação Perseu Abramo, tendo sido executado pela Criterium Assessoria em Pesquisas. Significativamente, o questionário se intitulava “Juventude: Cultura e Cidadania”. A própria ausência de remissão ao trabalho dentre os alvos destacados no título do instrumento de coleta nos deixa entrever o quanto a própria equipe formuladora da pesquisa viria a ser tomada de assalto pela força com que os achados de campo revelaram a centralidade do trabalho no imaginário dos/as respondentes. Dados dessa pesquisa estão apresentados em detalhe e sob diversos pontos de vista em Abramo e Branco (2005). Retomo, em parte desta seção, alguns dos achados sobre os quais discorri mais longamente no capítulo que preparei para aquela publicação (Guimarães, 2005).

o trabalho não perdia sua importância. A “família” veio em segundo lugar – e significativamente – na forma do trabalho de cuidado domiciliar, tema que se destaca especialmente entre jovens à procura de emprego.

Quando interpelados/as com respeito a suas preocupações e interesses, lá estava o trabalho outra vez no centro da cena, destacando-se entre os assuntos tidos como de maior importância (17% colocaram-no em 1º lugar, ombreando com a “educação”). Era também um dos problemas que mais os/as preocupava (26% das respostas, dividindo o primeiro lugar com os problemas ligados à “segurança”). Reaparecia entre as urgências que nossos jovens resolveriam – na própria vida ou no mundo atual – se lhes fosse dada a capacidade de fazê-lo “num passe de mágica” (o trabalho era terceira mais importante dentre as urgências, com 12% das indicações, atrás apenas da “violência” e da “miséria”). E, finalmente, lá estava novamente citado entre os problemas atuais mais importantes que afligiam o Brasil: o “desemprego” mostrou-se o desafio número 1 para a nação, campeão em importância na agenda, com 30% das respostas. “A nação”, arriscaria dizer, era uma espécie de “eu generalizado” no qual se espelhava (e através do qual se exprimia) a angústia de cada qual. Não sem razão 75% dos/as jovens revelaram-se “muito preocupados” por pressentirem um grande risco de cair no desemprego.⁵

Os jovens desempregados e aqueles em procura de trabalho foram justamente os que mais se destacaram na ênfase com que indicavam “o emprego” como a necessidade a ser solvida, e com uma urgência tal que só mesmo o recurso ao sobrenatural (“o passe de mágica”) facultaria alcançar o desejado. Para os de maior escolaridade e rendimento, notadamente entre os rapazes, “a miséria” era o alvo a reparar, também “num passe de mágica”. Já as mulheres se mobilizaram intensamente, e em quase todas as faixas de idade, por extirpar “a violência”.

Mas, um terceiro sentido aparecia no imaginário daquele/as jovens: o do trabalho enquanto um direito. Assim, respondendo sobre “o que lhes vem à cabeça” quando se fala em cidadania, um grupo significativo remeteu à cesta dos direitos ditos “sociais” (21% das respostas), dentre os quais se destacava o “direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão” (com 11% das respostas).

5. É eloquente que, quando perguntados sobre qual a principal urgência a enfrentar para “por o Brasil os trilhos”, o desemprego ultrapassasse todas as outras indicações, até mesmo “a violência”, com 30% de manifestações.

Curiosamente, foram o/as jovens em situação de trabalho regular aquele/as que mais associavam a noção de cidadania ao direito ao trabalho e ao exercício profissional.

Interpelado/as sobre qual direito gostariam de ver atendido prioritariamente, novamente destacaram os direitos sociais (agora em primeiro lugar, com 38% das respostas). E, dentre esses, outra vez em primeiro plano aparece o direito ao trabalho (com 15% das respostas). Novamente, foram os que estavam trabalhando, notadamente no mercado formal, ou os desempregados que já haviam trabalhado, e especialmente em empregos formais, aqueles que se reconheceriam como sujeitos desse direito. Vale dizer, era entre o/as que tinham passado pela experiência do assalariamento regular e protegido que o trabalho se mostrava central enquanto um direito.

Finalmente, a pesquisa instou respondentes a associarem a ideia de trabalho a uma dentre cinco palavras: necessidade, independência, crescimento, autorrealização e exploração. O resultado foi prenhe de significados. Trabalhar mostrou-se antes de tudo uma “necessidade” (39% das respostas). Um significado que se fazia tanto mais relevante quanto maior a vulnerabilidade de quem respondia. Assim, ele se destacava entre pessoas que estavam no mercado informal (41% das respostas contra 39% na média) ou em situação de desemprego, em especial entre aquelas que haviam tido uma experiência prévia de trabalho (42%), notadamente quando tal experiência se dera no trabalho informal (43%). Mas, essa era uma percepção igualmente relevante entre respondentes de menor escolaridade (59% de respostas entre respondentes com até a 4ª série) ou de menor renda (48% entre quem auferia menos que 1 salário-mínimo), e com idade mais elevada (42% das respostas entre pessoas com 21 e 24 anos), conjunção de traços que apontava para a urgência em acelerar a passagem à vida adulta.

O trabalho, entretanto, poderia ser entendido como uma fonte de independência (26% das respostas). Conquanto ligeiramente mais frequente entre os que estavam à procura de trabalho, esse se mostrou um padrão de resposta praticamente universal, perpassando diferenças de renda, escolaridade, sexo, idade ou cor. Tal recorrência apontava para um significado subjetivo que operaria como numa sorte de mínimo denominador comum, a sinalizar a via pela qual o trabalho lhes importava.

Um terceiro padrão de entendimento do significado do trabalho era aquele que se expressava na metáfora do “crescimento” (22% das respostas), relevante para um outro grupo de jovens, o/as que estavam ocupado/as (24% das respostas contra 22% na média), no mercado formal (26% das respostas), e que tinham escolaridade e renda mais elevadas (24% das respostas em cada um dos casos).

Para um grupo ainda menor de respondentes (11%) o trabalho era entendido como uma fonte de “autorrealização”. Eram pessoas em busca de trabalho, com idade mais elevada, cursando ou tendo concluído nível superior e com renda maior que 10 salários-mínimos. Era estatisticamente insignificante, por tão minúscula, a percentagem das pessoas que viam no trabalho nada mais que uma fonte de “exploração”. Não deixa de ser interessante que tal formulação, mais politizada e assentada numa crítica ao capitalismo, não se mostrasse capaz de informar as percepções e atitudes dos jovens, ao menos àquele momento.

Passados dez anos, um outro *survey* nacional, com desenho metodológico similar, foi novamente conduzido no Brasil (SNJ, 2013).⁶ A existência dessa pesquisa é duplamente interessante. De um lado porque replica parte do questionário levado a campo em 2003, o que nos abre a possibilidade de uma comparação sistemática sobre as atitudes juvenis. De outro lado porque capta percepções dos jovens brasileiros num contexto bastante diverso: 2013 marca os últimos momentos de um período de crescimento econômico contínuo que havia ampliado não apenas a oferta de emprego, como os níveis de formalização no mercado de trabalho; a expansão do acesso ao sistema educacional beneficiara especialmente jovens mais pobres, inclusive com políticas afirmativas para ingresso e financiamento no ensino de nível superior; ações voltadas a facilitar o ingresso no trabalho de primo-demandantes, na forma de contratos de aprendizagem, também haviam sido postas em prática; além de políticas de transferência de renda e de valorização de salário mínimo, que funcionaram como importante redutor dos níveis de pobreza extrema entre os grupos familiares mais vulneráveis.

6. Trata-se da Pesquisa “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional Sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013” (SNJ, 2013), um *survey* estatisticamente representativo do universo da população entre 15 e 29 anos residente no território brasileiro. Para tal, valeu-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas, distribuídas em 187 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação.

Curiosamente, em que pese esse novo contexto marcado pelo acúmulo de mudanças que alteraram de modo favorável algumas características de perfil socioeconômico da juventude brasileira, os achados atitudinais capturados na pesquisa de 2003 persistiram inabaláveis, ou talvez ainda mais sólidos, em 2013. Assim, instados a hierarquizar os aspectos mais importantes para se sentirem realizados na vida, a referência ao emprego/trabalho liderou com folga, sendo a primeira escolha para quase metade do/as jovens (48%); à frente, por exemplo, dos estudos e da realização financeira (com 30% e 25% cada um), ou mesmo da moradia e da família (com 22%). Por outro lado, tão central era o trabalho que, mesmo diante de um mercado ainda aquecido, ele continuava a aparecer entre os problemas que mais preocupação causava. Apesar de que a violência se tornara a inquietação primeira (com 43% das respostas), logo em seguida vinham o “emprego/profissão”, prioritários para um terço da amostra (34%). Tanto assim que o primeiro assunto que gostariam de poder discutir com os seus pais dizia respeito ao futuro profissional e à educação (45% das respostas).⁷

Esses achados indicam que a experiência do trabalho seguia sendo central na conformação do imaginário da juventude brasileira. E talvez não pudesse ser diferente vez que, conforme a mesma pesquisa, o trabalho fazia ou tinha feito parte da experiência de vida de quatro em cada cinco jovens em 2013; bem assim, a grande maioria dos jovens (65%) havia tido a sua primeira inserção ocupacional já desde antes de completar 18 anos. Tais experiências seguiam sendo balizas relevantes e faziam persistir as tendências anteriores quanto às formas de representar o trabalho. Este seguia sendo, antes de tudo, uma “necessidade” (para 32% dos casos); mas para outros poderia ser uma fonte de “independência” (25%), ou de “autorrealização” (20%) e “crescimento” (14%).

Ora, tais achados desafiavam expectativas teóricas da literatura internacional inspirada na realidade dos países do chamado Norte global, notadamente da Europa, que viviam o que se consagrou denominar como a “crise do fordismo”. Tal literatura havia documentado as significativas mudanças ocorridas nos ambientes produtivos e os seus resultados em termos da dinâmica dos mercados internos e externos de trabalho, com efeitos sociais de seletividade, precariedade e exclusão (Giddens, 1998; Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

7. Curioso que entre amigos, entretanto, os temas mais citados foram drogas (41%), sexualidade (31%) e violência (30%). A educação e o futuro profissional (29%) passaram a um segundo plano, juntamente com os relacionamentos amorosos (26%), o racismo (23%) e as artes (21%).

Consequência esperada dessas mudanças seria a decrescente importância do trabalho, não apenas enquanto provedor de oportunidades duradouras de sobrevivência, como (e por isso mesmo) espaço de sociabilidade, de significação subjetiva e de construção identitária (Offe, 1989). Essas implicações eram consideradas especialmente plausíveis de se exprimir entre as novas gerações, socializadas no contexto de sociedades do trabalho em crise (Baumann, 1999; Gorz, 1997).

Desafiando as expectativas desse veio de teorização, os estudos atitudinais levados a cabo com jovens brasileiros chamavam a nossa atenção para um leque de novos aspectos que tornavam mais complexa a maneira pela qual o trabalho era dotado de sentido pelos jovens. Ao adquirir múltiplos significados, tornava-se impossível conferir-lhe um único sentido, de modo unívoco. Por isso mesmo, pensar as trajetórias juvenis no mundo do trabalho requer ter em conta um ponto de partida: não basta atentar apenas para as condições econômicas que fazem as oportunidades escassear ou multiplicar-se; e nem tão somente para as condições demográficas que promovem a maior ou menor oferta de jovens em idade que os torna socialmente aptos à inserção ocupacional. Há que entender, e no ponto de partida, o que esses/as jovens pensam sobre o trabalho, porque este lhes importa, e como. Tais entendimentos orientam suas condutas na vida e no trabalho.

Entretanto, bem sabemos, a produção de significados é socialmente situada. Por isso, na seção seguinte trataremos de nos mover das significações às experiências de modo a entender melhor quem, como e quando chega ao tão almejado trabalho.

Das significações às experiências: Quem, como e quando se chega ao almejado trabalho?

As abordagens que examinaram a passagem dos jovens à vida adulta tomando o ponto de vista da sua inserção profissional com frequência associaram as expectativas em torno do ingresso no trabalho a um outro tipo de evento da trajetória individual, qual seja o do fim da formação escolar, com a aquisição das credenciais e de uma formação, as quais funcionariam como passaportes para a obtenção da ocupação. Nesse sentido, ingressar no mercado de traba-

lho seria a continuidade de uma trajetória de saída do sistema escolar. Ora, de há muito sabemos que nem de longe esse é o caso no Brasil (Barros, Mendonça e Velazco, 1994; Corseuil, Santos e Foguel, 2001).

Hasenbalg (2003) documentou com precisão duas especificidades brasileiras: o acesso muito precoce ao trabalho e (por consequência) a persistente superposição entre escolarização e vida profissional. Essas características afetariam o modo como, entre nós, se deveria colocar a questão da transição. Isso porque o ingresso precoce na atividade ocupacional poria por terra o elo esperado entre o fim da formação escolar, a inserção profissional e a transição à vida adulta, evidenciando a sobreposição de fenômenos que muitos costumavam entender como contíguos.⁸ Com base em dados da PNAD, Hasenbalg observou as escolhas entre estudo e trabalho feitas por crianças e adolescentes brasileiros de 10 a 19 anos em três momentos do tempo - 1981, 1990 e 1999. Seus achados nos permitem recompor as tendências que constituíram, por assim dizer, a antessala das décadas mais recentes, que serão o alvo do nosso interesse.

Assim, ao longo desses três momentos, não apenas se observa uma tendência à universalização do acesso à escola nas faixas etárias mais jovens,⁹ como também é possível reconhecer que os aumentos foram mais céleres justamente na faixa de idade dos 15 a 19 anos, aquela na qual mais se trabalhava, testemunhando a melhoria na capacidade de retenção do sistema escolar. Entretanto, se a vigorosa expansão educacional dos anos 1990 reduziu a proporção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, e o fez para todas as idades, não devemos perder de vista, como bem ressaltou Hasenbalg, que o crescimento das taxas de desemprego e a queda na qualidade dos postos de trabalho, processos concomitantes, também foram fatores que contribuíram a explicar tal redução. Ainda com os dados da PNAD, o autor mostrou que, se a crise dos anos 1980 fez duplicar a taxa de desemprego dos que estavam na faixa dos 15 aos 19, essa taxa triplicou entre 1990 e 1999, alcançando a casa dos dois dígitos. Mais sério ainda, a maioria dos jovens de 15 a 19 anos atraídos

8. A própria ideia de uma “transição da escola ao trabalho” parece fazer tão pouco sentido que para alguns autores seria mesmo possível flagrar movimentos reversos, de transição do trabalho em direção à escola. Tais movimentos se expressariam na estratégia de “trabalhar para estudar” encetada por adultos que haviam abandonado a formação escolar para iniciar uma vida economicamente ativa (Comin e Barbosa, 2011).

9. Em 1999, ano final do período por ele observado, as proporções dos que estão na escola na faixa dos que têm até 13 ou 14 anos ultrapassam os 90%.

para o mercado de trabalho sequer logrou completar os oito anos de escolaridade mínima obrigatória.

Comparando a dedicação ao estudo e ao trabalho ao longo do período analisado, Hasenbalg encontrou que a proporção de crianças e adolescentes exclusivamente concentrados na sua formação escolar decresceu sistematicamente com a idade; entretanto, essa queda foi ainda mais acelerada a partir dos 15 anos, apesar dos ganhos de retenção do sistema escolar. Complementarmente, aumentou, e para todas as idades, o peso daqueles que estudavam e trabalhavam; esses jovens completavam menos anos de estudos e apresentavam maior atraso escolar que os que estavam exclusivamente dedicados a estudar. Em compensação, nos vinte anos observados, minguiu o grupo daqueles que, tendo ingressado precocemente no mercado de trabalho, abandonaram a escola; tal redução foi significativa, mesmo entre os adolescentes, o que novamente joga a favor do argumento da ampliação da capacidade de inclusão do sistema escolar.

Mas é interessante assinalar que rapazes e moças participaram diferenciadamente do grupo dos evadidos: em 1981, nada menos que dois terços desse era formado por garotas, insuladas no trabalho doméstico. Esse quadro se altera ao longo dos anos subsequentes, seja pelo acentuado prolongamento da escolaridade feminina, seja pelo ingresso das moças no mercado, de sorte que, em 1999, os rapazes já representavam perto de 53% do contingente dos que nem estudavam e nem estavam trabalhando (Idem, p. 155). Nos dados coligidos por Hasenbalg para os quase vinte anos compreendidos entre 1981 e 1999 fica evidente o elo entre, por um lado, essas distintas formas de combinar trabalho e estudo e, por outro lado, os recursos familiares e a posição da família no sistema de estratificação social.

Todas essas evidências nos levam a concluir que a transição de ingresso ao mercado de trabalho é um processo aberto, sem um direcionamento ou caminho preestabelecidos. Ele comporta padrões múltiplos que variam seja entre sociedades num mesmo momento de tempo, seja entre grupos sociais numa mesma sociedade. Mas eles também variam entre gerações. É o que revelaram Camarano, Mello e Kanso (2006) acompanhando eventos ao longo do ciclo da vida com base em dados dos censos demográficos de 1980 a 2000. As autoras observaram que rapazes e moças viveram, no Brasil desse período,

padrões de transição ao trabalho que os diferenciaram fortemente. Os primeiros se inseriram mais precocemente que as últimas. Entre estas o momento de maior inflexão na curva de crescimento da atividade econômica coexistiu com outros importantes eventos na transição para a vida adulta (como a constituição do domicílio e a maternidade). Já entre os rapazes foi mais largo o hiato de tempo que separava o momento em que se atingia mais intensa atividade no mercado de trabalho e o momento em que se decidia casar ou estabelecer residência própria.

Todavia, e ainda conforme as autoras, a geração dos jovens brasileiros flagrados pelo censo de 2000 mostra importantes diferenças na temporalidade dos seus eventos se comparada à geração dos que foram flagrados pelo censo de 1980. Assim, entre as jovens evidencia-se uma transição um pouco mais tardia ao mercado de trabalho, que se sustenta num significativo ganho educacional, expresso no crescimento do tempo de permanência na escola; é, ademais, notável a intensificação do acesso ao trabalho das jovens entre 15 e 19 anos. Mas também se destaca a permanência feminina na atividade econômica, num movimento que é ainda mais significativo por se fazer naquelas idades em que elas já terão constituído domicílio próprio e/ou iniciado sua carreira reprodutiva.

Entre os rapazes são igualmente importantes as mudanças que diferenciam as gerações. Tal como entre as moças, há um significativo ganho educacional, expresso tanto no tempo de permanência na escola, como no número dos que nela se mantêm. Por isso mesmo, nos anos 2000, o seu ingresso no mercado de trabalho parece fazer-se com um pouco mais de idade e maior capital escolar. Ainda assim permanece, entre os rapazes, um importante hiato de tempo entre esse movimento de entrada no trabalho e aquele outro de constituição de domicílio independente e de formação de família.

Essa pluralidade de caminhos no curso do processo de ingresso no trabalho, típica dos processos abertos, é a pista para o entendimento das diferenças na dinâmica que particulariza grupos de jovens ao interior de uma mesma sociedade, variando segundo características de classe, regionais e étnico-raciais, além das diferenças de sexo que acima sublinhei. Analisar tais diferenças é, por certo, um caminho de inegável valor heurístico para dar sustentação à noção de “juventudes”, notadamente pelo que essa pode sugerir seja sobre os modos

de viver, as marolas e as adversidades da inserção ocupacional, seja sobre as formas de representar o vivido.

Tal diversidade foi claramente documentada nos estudos sobre trajetórias de jovens brasileiros, que se voltaram a observar o que se passou nos anos 2000. Guimarães, Marteleto e Brito (2018) e Guimarães, Brito e Comin (2020) exploraram o tema lançando mão de um banco longitudinal produzido a partir de pesquisa amostral representativa dos jovens brasileiros levada a campo pela OIT em 2013.¹⁰ Com base nesses dados, foi possível identificar retrospectivamente os padrões de transição entre situações ocupacionais no mercado de trabalho, os quais foram experimentados por esses jovens entre 2000 e 2013.¹¹

Como resultado, os autores identificaram seis tipos de trajetórias laborais, a saber: (i) adolescentes em formação, (ii) jovens com experiência recente e variada; (iii) jovens em trânsito para o assalariamento; (iv) jovens que alcançaram inserção estável e estruturada, (v) jovens adultos negros com um tempo de inserção no mercado mais longo, sob maior risco de desemprego, e (vi) jovens adultos que, apesar de sua inserção laboral mais recente, têm maior comando sobre as condições do seu trânsito no mercado de trabalho.¹²

10. Este banco de dados resultou de um *survey* domiciliar por amostra representativa dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, realizado em 160 municípios, como parte do projeto OIT "A Transição da Escola para o Trabalho dos/das Jovens no Brasil". Foram conduzidas 3.288 entrevistas pessoais e domiciliares, nas quais o/as jovens informavam retrospectivamente sobre suas atividades no mercado de trabalho. Isso permitiu aos autores montar um calendário dos eventos de todos os indivíduos, em todos os anos, desde 2000 até 2013, momento da entrevista. Essa matriz foi o ponto de partida para identificar as trajetórias de cada indivíduo e tratá-las estatisticamente de modo a encontrar padrões típicos. Para maiores detalhes sobre o desenho metodológico dessa análise longitudinal ver Guimarães, Marteleto e Brito (2018).

11. O desenho desse estudo se distingue das análises quantitativas antes referidas. Estas basearam-se em procedimentos metodológicos que identificam as mudanças longitudinais por meio de técnicas de replicação de cortes transversais (*repeated cross section*), usando dados secundários (a exemplo de Hasenbalg, 2003; Camarano, 2006). Se tal metodologia permite acompanhar a situação do estoque dos indivíduos observados em cada momento de tempo, ela não faculta, entretanto, identificar como cada indivíduo perfaz um percurso singular e como os múltiplos percursos podem ser sintetizados em trajetórias-típicas, como fizeram originalmente Guimarães, Marteleto e Brito (2018) e posteriormente Guimarães, Brito e Comin seguiram com as análises (2020).

12. Os três primeiros tipos se destacam pois, somados, eles descrevem o padrão de percurso de nada menos que 3/4 dos entrevistados. As três outras categorias de percurso, embora reúnam uma massa menor de casos, tipificam situações relevantes, por apontarem para grupos afetados por marcadores de desigualdades que estruturam nossa sociedade, alguns deles negativamente (caso do tipo 5), outros positivamente (tipos 4 e 6).

Tabela 1

Padrões de trajetórias dos jovens brasileiros (2000-2013)

Tipos/classes de trajetória	% Simples	% Acumulado
1. Adolescentes em formação	28,4	28,4
2. Os recém-chegados: jovens com experiência recente e variada	23,9	52,3
3. Jovens em trânsito para o assalariamento	22	74,3
4. Jovens com inserção estável e estruturada	11,3	85,6
5. Jovens adultos com longa inserção e maior risco de desemprego	7,5	93,1
6. Jovens adultos com inserção recente e maior comando sobre circulação no mercado	6,9	100,0
	100	

Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição Escola Trabalho. 2013. In: Guimarães, Brito e Comin, 2020

O primeiro tipo de trajetória (com 28,4% dos casos) reúne “os adolescentes em formação”. A maioria das pessoas nesse grupo ainda frequentava a escola no momento da pesquisa de campo, pelo que declaravam não estar disponíveis para o trabalho; quase 60% do grupo tinha entre 15 e 19 anos. Diferentemente de todos os outros tipos de percurso, não mais que 1 em cada 10 jovens desse grupo havia tido alguma experiência de trabalho. Entre eles predominam as jovens (58,8%), sendo destacável que 6,2% delas se reconhecessem impossibilitadas para o trabalho por estarem grávidas.

O segundo tipo de trajetória (23,9% dos casos), que os autores denominam como “os recém-chegados”, reúne jovens que já haviam tido uma primeira, embora recente, experiência ocupacional (92,8%). São um grupo muito jovem (idade média de 20 anos, similar ao tipo 1) e equilibrado pelo gênero. Mas, diferentemente do tipo 1 para quem a adolescência corresponde a um período de formação e preparo para o ingresso no mercado de trabalho, nesse caso o

trabalho já é parte de suas vidas, caracterizadas pelo intenso fluxo entre situações laborais.

O terceiro tipo de trajetória (22% dos casos) reúne “jovens em trânsito para o assalariamento”, assim denominados porque rapidamente conseguiram o seu primeiro trabalho assalariado, sendo considerável o contingente daqueles que se mantêm em trabalhos formais e protegidos. Com idade um pouco mais elevada que os grupos anteriores (em média 22,4 anos), eles começaram a trabalhar há mais tempo. É maior nesse grupo a presença de jovens casados/as (34,4%) e com filhos/as (32,5%), e são poucos os que seguem estudando (25,4%). Têm mais experiência no mercado de trabalho e estão mais distantes do momento de formação educacional.

Os três últimos tipos de percurso congregam uma minoria dos casos (apenas 25,7%). Apesar disso, são analiticamente muito interessantes. O tipo 4 reúne “Jovens com percursos estáveis e estruturados”. Sua experiência de assalariamento duradouro é significativa, o desemprego é menos frequente, já tendo passado 25% de sua vida ativa inseridos no mercado de trabalho. Eles são apenas 11,3% dos casos, mas têm um perfil particular: predominam os rapazes (56,9%), têm idade média mais elevada (24,3 anos) e a proporção de brancos se destaca face aos demais grupos (40%). É um dos grupos com níveis mais altos de escolaridade (20,1% com nível superior), denotando sua origem social mais elevada. A confluência entre os marcadores de cor, sexo e origem social parece se constituir em uma vantagem relativa.

Já o tipo 5 (7,5% da amostra) reúne os “jovens adultos com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego”. Nesse grupo é notável o peso de jovens provindos de famílias mais pobres (mais de 80% têm pais trabalhadores manuais e domésticos), sendo também o grupo com maior proporção de negro/as. Apresentam a média de idade mais elevada (26,3 anos) e os níveis mais altos de conjugalidade e parentalidade. Têm as menores taxas de frequência à escola e a menor proporção de ingresso no nível superior. Mas são os que passaram mais tempo de sua vida ativa no mercado de trabalho (39%). O desemprego se faz presente em suas trajetórias mais que em qualquer dos grupos, embora o assalariamento (com ou sem contrato) seja dominante nos seus percursos. Os marcadores de idade, cor e escolaridade apontam para a chance de sua maior desvantagem relativa. Nesse tipo de trajetória evidencia-se o peso

das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, as quais, como vemos, se fazem presentes mesmo em conjunturas particularmente favoráveis.

O tipo 6 (apenas 6,9% dos casos) reúne os “jovens adultos com inserção mais recente e maior comando sobre a circulação no mercado”. Como no tipo anterior, dominam os rapazes (61,5%), com escolaridade mais elevada (47,3% concluíram o ensino médio e 22% tinham entrado no ensino superior) e mais baixas taxas de nupcialidade e parentalidade. São os jovens com origem social mais privilegiada (20% deles têm pais profissionais de nível superior). Apesar da idade média ser das mais altas (25,2 anos), a primeira experiência de trabalho é, dentre todos, a mais recente e a participação no mercado ocupa bem menos tempo em sua vida ativa (29%), se comparada ao tipo 5, numa trajetória igualmente marcada pelo assalariamento. Seu maior comando sobre o mercado se exprime pelo estabelecimento mais tardio de vínculo, bem como pelo maior relevo da passagem à inatividade (depois do primeiro trabalho). Eles são a contraface do grupo anterior, testemunhando como desigualdades duráveis, que precedem o ingresso no mundo do trabalho podem obstaculizar (tipo 5) ou favorecer (tipo 6) as experiências juvenis no mercado.

Esse conjunto de resultados reunidos por Guimarães, Marteleto e Brito (2018) e posteriormente retrabalhados por Guimarães, Brito e Comin (2020) documentam a diversidade de perfil dos seis tipos de percursos e apontam para a existência, no mercado brasileiro de trabalho, de desigualdades estruturais que alteram as chances dos indivíduos no que concerne a trajetórias de melhor ou de pior qualidade. E o mais significativo é que isso se passe mesmo em um lapso de tempo (entre 2000 e 2013) que, em sua maior parte, lhes seria favorável dada a disponibilidade e a qualidade das oportunidades ocupacionais. O peso das desigualdades enraizadas na estrutura da sociedade consegue contrarrestar as vantagens abertas pela conjuntura econômica.

Assim, algumas trajetórias são mais características de pessoas brancas e outras de pessoas negras, diferenciadas em especial no que concerne ao momento em que estabeleceram relações de conjugalidade ou tiveram filhos. Em alguns dos tipos de trajetórias há a predominância do maior tempo de estudo; já noutras é a inserção ocupacional que se faz de forma mais precoce. Os melhores percursos revelaram-se mais prováveis entre jovens em domicílios com famílias cujos pais tinham maior escolaridade e/ou melhor ocupação. Os au-

tores mostram que, na classe onde era mais relevante o número de negros, os jovens tendiam a transitar entre os piores percursos (marcados pelo maior risco de desemprego, ou pelo emprego em ocupações de menor qualidade, dada a sua menor escolaridade e às experiências precoces de conjugalidade e/ou parentalidade), a sugerir a existência de formas de “segregação de percurso”, e não apenas das formas habitualmente descritas de segregação ocupacional. Em suma, olhar para a população de 14 a 29 anos é olhar para muitas juventudes.

O efeito dessas particularidades torna-se crítico na conjuntura atual quando o mercado de trabalho parece assentar-se na reprodução duradoura dos empregos instáveis e precários, da recorrência do desemprego e, mais recentemente, da expansão do desalento. Longe de se afigurarem como tormentos da inserção “juvenil” a serem ultrapassados com a maturidade profissional, esses riscos estão presentes na ordem do dia do trabalho também para grande parte dos adultos. Mas como o/as jovens os vieram vivenciando?

Na ausência de um banco longitudinal retrospectivo que atualizasse a profícuca descrição anterior, diferentes tentativas têm sido postas em prática. Guimarães, Brito e Comin (2020), por exemplo, lançaram mão da PNAD e buscaram verificar, para o período 2015-2018, o que teria se passado com os grupos etários antes analisados com dados da Pesquisa “Transição Escola-Trabalho” da OIT. Assim, encontraram que, após três anos de recessão econômica, a PNAD 2018 documentava que a taxa de desocupação havia saltado de 7,2% para 12%, tendo dobrado entre os adolescentes, passando de 21% para 41%, e sendo especialmente elevada entre os de sexo feminino (47% entre as mulheres); já entre os jovens (18-24) e os jovens adultos (25-29) as taxas cresceram na mesma medida que a média geral.

Ademais, e como assinalaram Corseuil, Franca e Poloponsky (2020), é inquestionável a importância da rotatividade como determinante para o desemprego dos jovens no Brasil, fenômeno documentado em diferentes trabalhos (como Flori, 2005 e Corseuil, Foguel, Gonzaga e Ribeiro, 2014). Nessa literatura ressalta-se uma outra particularidade relevante: mesmo no setor formal, é extremamente alta a rotatividade no que concerne aos trabalhadores jovens, o que faz com que, entre nós, o elevado desemprego juvenil não deva ser creditado apenas à intensa rotatividade que tem lugar nos empregos informais.

Por outro lado, e como mostrou Reis (2015), no Brasil, a busca por um emprego tem uma duração muito maior entre os jovens que tentam o seu primeiro emprego. Mais ainda, o estudo documentou que o primeiro emprego tendia a apresentar características associadas à pior qualidade em dimensões relacionadas a salário, informalidade e estabilidade. O retorno econômico auferido pela inserção lhes era claramente desfavorável. Ora, como bem ressaltaram Corseuil, Franca e Poloponsky (2020), a entrada nos “piores” postos de trabalho cobra seu preço na forma da diminuição do acúmulo de conhecimento e de habilidades mais valorizadas, podendo comprometer a trajetória profissional desses jovens por vários anos, e conseqüentemente, a trajetória futura da produtividade do trabalho no Brasil.

Guimarães, Brito e Comin (2020) também mostraram quão dramática foi a deterioração das condições de ingresso e permanência no mercado de trabalho entre 2015 e 2018. Assim, entre os jovens (18-24) a soma das modalidades mais precárias de ocupações (assalariamento informal, trabalho por conta-própria e emprego doméstico) cresceu nove pontos percentuais (de 35% para 44%); entre os jovens adultos, o crescimento foi da ordem de sete pontos percentuais. Já entre os adolescentes, as pequenas variações na composição do emprego indicavam que, qualquer que fosse a conjuntura, predominava uma inserção precária.

Nesse grupo dos adolescentes, a condição de desalento saltou de 2,4% para 5,6%. Mas é especialmente destacável, conforme os autores, a variação do desalento entre grupos raciais (4,3% entre brancos contra 6,4% entre os negros), conquanto seja pequena a diferença entre os sexos. Na faixa de 18-24 anos, o desalento também se eleva de modo notável, passando de 1,7% para 4,9%, sendo ainda mais destacado o hiato entre os grupos raciais (2,9% entre brancos e 6,3% entre negros); o mesmo padrão, embora com valores menos elevados, se observa na faixa de 25 a 29 anos, passando de 1,1% para 2,8% (1,7% entre brancos, 4% entre não-brancos).

Mas, se a condição de desalento juvenil é marcada pelas desigualdades estruturais entre brancos e negros, no Brasil a condição de “nem-nem” (jovens que não estão frequentando a escola e nem estão trabalhando) tem um inequívoco componente de gênero. Esse viés reflete a força de uma divisão sexual do trabalho que reserva às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelas

tarefas repetitivas e discricionárias relativas ao cuidado e ao trabalho reprodutivo em geral, exercidos na esfera doméstica. Assim, Camarano e Kanso (2012), comparando os censos de 2000 e 2010, mostraram que eram as mulheres, notadamente as casadas e mães, afrodescendentes e de baixa renda, as que mais se representavam nesse grupo de jovens “nem-nem”. Mais recentemente Costa, Rocha e Silva (2018) trocaram em miúdos essa clara clivagem de gênero: os jovens homens que não estavam estudando ou trabalhando dedicavam-se à procura de trabalho; já entre as jovens mulheres, a ausência da escola e do mercado de trabalho resultava da sua responsabilidade na prestação de cuidados a familiares ou filhos menores.

Cardoso (2013) já havia explorado com finura esse mesmo tema. O autor encontrou que, diferentemente da Europa onde o que denomina como “a condição *nem-nem*” revelou-se um explosivo problema geracional, vivido como uma traição à promessa de emancipação pelo mercado, entre nós “*a recorrência no tempo da taxa nem-nem de exclusão (que lhe confere um caráter estrutural) não produziu os mesmos protestos que na Europa, em parte porque ela afeta as classes subalternas e as famílias mais pobres*” (Cardoso, 2013: p. 310)

Em suma, o que esperar, então, do impacto de conjunturas adversas sobre os padrões de trajetórias? Guimarães, Brito e Comin (2020) reconhecem que os ciclos econômicos de crescimento podem atenuar momentaneamente esse leque de desigualdades. Entretanto, o caráter estrutural dos fatores que as engendram fica patente quando se constata que bastaram quatro anos de estagnação para que tais desigualdades se ampliassem novamente, anulando o quanto se imaginava ter sido ganho em doze anos de crescimento. Vimos, então, que a crise econômica de 2015-2018 reforçou desigualdades estruturais que passaram a se mostrar ainda mais salientes. Isso vale tanto para o comportamento das taxas de desocupação por idade, quanto para os nexos entre idade, sexo e raça, subjacentes às formas iníquas de inserção que se reproduzem entre nós.

Mas a conjuntura de crise que atingiu o mercado de trabalho brasileiro a partir de 2015 também revelou outras facetas das desigualdades, agora expressas por meio de novos fenômenos, pouco evidentes anteriormente, que obrigaram, inclusive, a inovações conceituais e metodológicas para capturar com mais precisão o que se passava no nosso mercado de trabalho. Tal foi o caso

do crescimento do desalento, a indicar que a fronteira entre o desemprego e a inatividade passara a adquirir, nessa crise de empregos, o relevo que, na crise dos anos 1980, fora manifesto pela fronteira entre o desemprego e a ocupação oculta pelo trabalho precário. O desalento, como assinalado, mostrou-se um fenômeno especialmente danoso entre os jovens (que constituem a metade do contingente de desalentados), tanto quanto entre os negros (73% deles), mas também entre os pouco escolarizados (68% dos desalentados não completaram o ensino médio). Ora, como indicado nos achados anteriores, era justamente essa a conjunção de características que aumentava significativamente a chance de se vir a perfazer, nos períodos de expansão, o pior dos tipos de trajeto, aquele que estava representado na classe dos “jovens adultos com inserção longa e sob alto risco de desemprego”. Isso nos leva a sugerir que a conjuntura adversa que se instala no mercado de trabalho a partir de 2015 tenha afetado a natureza dos padrões de percurso, aprofundando desigualdades.

Isso decorreu da conjunção de múltiplos fatores. Por um lado, como efeito da contração do trabalho formal, resultado da crise econômica que se instala no mercado de trabalho entre 2015 e 2018. Por outro, pelas sucessivas mudanças na legislação do trabalho que, desde 2015 (com a alteração nas regras do seguro-desemprego) até à reforma trabalhista de 2017, atingiram dispositivos que até então favoreciam os mais jovens. Na verdade, iniciativas que alteraram a regulação do trabalho, ainda que nominalmente voltadas para a geração de emprego, de fato acabaram por investir contra direitos e afetaram em cheio aos jovens, em especial aqueles cujo perfil (negro/as, pobres e pouco escolarizados) já prevalecia naquelas trajetórias que eram caracterizadas por maior insegurança e risco, mesmo em uma conjuntura mais favorável.

Guimarães, Brito e Comin (2020) sublinharam dois efeitos, que por certo se aprofundaram com o tsunami da crise sanitária. Em primeiro lugar, a maior perda de qualidade nas ocupações onde predominam os jovens, com danos maiores para jovens negros e mulheres em famílias de baixa renda. Em segundo lugar, a ampliação do desalento, especialmente juvenil (negro e de baixa escolaridade), e da exclusão simultânea da escola e do mercado de trabalho entre as mulheres mobilizadas para desempenhar as atividades de cuidado que permitem a outros membros da família se manter no mercado, o que, de resto, desafia as categorizações apressadas sobre os chamados “nem-nem” e as políticas a eles dirigidas.

Nesse sentido, cabe não perder de vista a advertência corretamente formulada por Corseuil, Franca e Poloponsky (2020: p. 502), no sentido de que:

A preocupação com um cenário mais desafiador para a inserção dos jovens no mercado de trabalho se justifica não apenas pela perda de bem-estar que os assola durante esse período recessivo. Há evidências (Gregg e Tominey, 2005; Eliason e Storrie, 2006; Cruces, Ham e Viollaz, 2012) de que uma inserção marcada por passagens em empregos precários e/ou por episódios de desemprego no início da trajetória profissional que se arrastam por um longo período de tempo, pode comprometer a futura trajetória profissional dos jovens. Estudos como o de Schwandt e von Wachter (2019) vão além e mostram que esses efeitos de longo-prazo extrapolam a dimensão profissional e afetam as chances de problemas futuros no que concerne à saúde desses trabalhadores e à necessidade de apoio da rede de assistência social.

Em suma, essa ampla agenda que envolve o debate sobre as trajetórias juvenis no mercado de trabalho nos deixa diante da tensão entre o que fizemos até aqui com os mais jovens e o que esperamos da sociedade que eles virão a construir. Por isso mesmo, pensar o engajamento juvenil no trabalho em meio a tantas marolas criadas por sucessivas recessões econômicas, às que se somou o tsunami da crise sanitária que ora nos atinge obriga, ao fim e ao cabo, a refletir sobre os elos entre o passado, o presente e o futuro da solidariedade social. Elos esses que parecem, hoje, especialmente esgarçados e sob risco, num contexto onde se combinam a reprodução de desigualdades estruturais duráveis com uma conjuntura de extraordinária adversidade em que se mesclam crise econômica, crise sanitária e crise política. ■

Referências bibliográficas

Abramo, Helena; Branco, Pedro Paulo M, orgs (2005). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo.

Barros, Ricardo; Mendonça, Rosane; Velazco, Tatiane (1994). "Is poverty the main cause for child work in Brazil", *Textos para Discussão*, n. 351, Rio de Janeiro, IPEA.

Bauman, Zygmunt (1999). *Trabajo, Consumismo y Nuevos Pobres*. Barcelona: Ed. Gerdisa.

Beck, Ulrich (1992). *Risk Society*. Londres: Sage Publications.

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth (2002). *Individualization. Institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres: Sage Publications.

Camarano, Ana Amélia; Kanso, Solange; Mello, Juliana Leitão (2006). Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: Camarano, Ana Amélia (org.) 2006. *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, cap. 4, p. 95-135.

Camarano, Ana Amélia; Kanso, Solange (2012). "O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?". *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Brasília: Ipea, n. 53.

Cardoso, Adalberto (2013). "Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação". *Cadernos CRH*. 26 (68). p. 293-314.

Comin, Alvaro; Barbosa, Rogério (2011). "Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*. (91), pp. 75-95

Corseuil, Carlos Henrique; Foguel, Miguel; Gonzaga, Gustavo; Ribeiro, Eduardo. (2014). A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. In: Corseuil, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhoa (orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, cap. 5, p. 157-174.

Corseuil, Carlos Henrique; Franca, Maira; Poloponsky, Katcha (2020). “A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão”. *Novos Estudos CEBRAP*. 39 (3). p. 501-520.

Corseuil, Carlos Henrique; Santos, Daniel Domingues; Foguel, Miguel Nathan (2001). “Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina”. *Textos para Discussão*, n. 797, Rio de Janeiro, IPEA.

Costa, Joana Simões de Mello; Rocha, Enid; Silva, Claudia (2018). Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades. In: Novella, Rafael et al. (orgs.). *Millennials en América Latina y el Caribe: trabajar o estudiar?* [s.l.]: BID.

Cruces, Guillermo; Ham, Andrés; Viollaz, Mariana. (2012) Scarring effects of youth unemployment and informality: evidence from Argentina and Brazil. Buenos Aires: Center for Distributive, Labor and Social Studies/FCE, Universidad Nacional de la Plata.

Eliason, Marcus; Storrie, Donald. (2006) “Lasting or latent scars? Swedish evidence on the long-term effects of job displacement”. *Journal of Labor Economics*. 24 (4), p. 831- 856.

Flori, P. (2005). “Desemprego de jovens no Brasil”. *Revista da ABET*. 5 (1), p. 29-60.

Giddens, Anthony (1998). *Más allá de la Izquierda y la Derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid : Ed. Cátedra.

Gorz, André (1997). *Misères du Présent, Richesse du Possible*. Paris: Ed Galilée.

Gregg, Paul; Tominey, Emma (2005) “The wage scar from male youth unemployment”. *Labour Economics*. (12), p. 487-509.

Guimarães, Nadya Araujo (2005). Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: Abramo, Helena; Branco, Pedro Paulo M., orgs (2005). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 149-174.

Guimarães, Nadya Araujo; Marteleto, Leticia; Brito, Murilo Marschner Alves de. (2018). *Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e determinantes*. Relatório Final do contrato de serviços OIT-CEBRAP

2100154/3501, Brasília: Organização Internacional do Trabalho. Acessível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajectorias-Juvenis-BRA.pdf>.

Guimarães, Nadya Araujo; Murilo Marschner Alves de; Comin, Alvaro A. (2020). “Trajetórias e transições entre jovens brasileiros. Pode a expansão eludir desigualdades?”. *Novos Estudos CEBRAP*. 39 (3). p.475-498.

Hasenbalg, Carlos (2003). A transição da escola ao mercado de trabalho. In: Hasenbalg, Carlos; Silva, Nelson do Valle (orgs.). *Origem e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: IUPERJ /TopBooks, pp. 147-72.

Offe, Claus (1989). “Trabalho: uma categoria-chave da sociologia?” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, n. 10, junho de 1989, pp. 5-20

Reis, Maurício C. (2015), “Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil”. *Revista Brasileira de Economia*. 69 (1), p.125-143. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150006>>.

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude. (2013). *Agenda Juventude Brasil. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude/Secretaria Geral da Presidência da República, novembro.

Schwandt, Hannes; von Wachter, Till. (2019). “Unlucky cohorts: estimating the long-term effects of entering the labor market in a recession in large cross-sectional data sets”. *Journal of Labor Economics*, 37 (S1), p. S161–S198.

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>

